

Memórias da banda do mar e da banda da terra: equipamentos religiosos, civis e militares na planta de Setúbal de 1793

MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO

mjpereiracoutinho.iha@fcsb.unl.pt

Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (IHA/NOVA FCSH)

INÊS GATO DE PINHO

inesgatodepinho@tecnico.ulisboa.pt

CiTUA, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Resumo

O estudo apresentado parte da análise da planta da vila de Setúbal de 1793, do engenheiro militar Diogo Correia da Mota, e tem por objectivo identificar e dar a conhecer o património edificado aí representado. As informações subtraídas deste instrumento cartográfico cruzadas com notícias resgatadas do fundo manuscrito de Almeida Carvalho, não só nos permitem fazer uma nova leitura desta planta, como possibilitam um conhecimento mais alargado da malha urbana da zona ribeirinha de Setúbal.

Palavras-chave:

Setúbal; Séc. XVIII; Cartografia; Património edificado; Diogo Correia da Mota; Almeida Carvalho.

Abstract

The study presented starts from the analysis of the plant of of Setúbal of 1793, of the military engineer Diogo Correia da Mota, and aims to identify and disseminate the built heritage represented there. The information subtracted from this cartographic instrument crossed with news from Almeida Carvalho's manuscript fund, not only allows us to make a new reading of this plan, but also enables a broader knowledge of the riverside area of Setúbal.

Key concepts:

Setúbal; 18th century; Cartography; Built heritage; Diogo Correia da Mota; Almeida Carvalho.

Introdução

O levantamento da estrutura hidrográfica e implantação urbana da vila de Setúbal levado a cabo em 1793 pelo engenheiro militar Diogo Correia da Mota, intitulado *Planta do lado da parte do mar na Villa de Setúbal*, à guarda da Biblioteca Municipal do Porto (BMP, C-M&A Pasta 24, 34), emerge na história da cartografia local como uma das plantas mais relevantes, não só pela identificação de espaços e imóveis menos referidos pela historiografia setubalense, como pelo facto de se inscrever num levantamento mais amplo, conduzido entre a costa vicentina e a capital (Quaresma, 2011; Pinho, 2013; Pinho, Macedo, 2016)¹. Entra as plantas de Filipe Terzi, e aquela levantada por Diogo Correia da Mota (n. c. 1745), que foi aluno da aula militar em 1768, tendo obtido a patente de ajudante no ano seguinte, várias cartas reproduziram os contornos da praça de Setúbal, mas poucas pormenorizam e dão detalhes sobre a função do edificado (Viterbo, I, 1988; Sepúlveda, 1928; Quaresma, 2011). Esse capitão de infantaria, com exercício de engenheiro, efectuou várias plantas da costa alentejana, a partir de 1781, bem como, em 1792 a planta do forte de Albarquel

de Setúbal. Em 1793, fez duas plantas da ponta do Adoxe, ou Adoche, e em 1795, já como sargento-mor engenheiro, a planta da fortaleza de Santiago de Sesimbra (Quaresma, 2011). António Quaresma, que estudou aturadamente a sua cartografia, assinala uma significativa planta do porto de Lisboa, da sua autoria, de 1765, existente na Real Academia de la Historia, de Madrid, como tendo sido um dos seus primeiros desenhos (Porto, 1999). A sua ligação a João Gabriel de Chermont (Chaves, 1984), pode ser aferida no presente estudo através de um conjunto de peças desenhadas; uma de três propostas para o cais, e várias plantas do baluarte de Nossa Senhora da Conceição, por ele assinadas e datadas do mesmo ano de 1793 (Tomé, 2015b; Pinho, Macedo, 2016), a que nos reportaremos mais adiante.

Das várias informações que este documento gráfico nos dá, extraem-se como mais significativos: 6 equipamentos religiosos, 5 equipamentos ligados à gestão da vila e ao comércio e 1 equipamento civil, 3 equipamentos militares e 13 postigos ou portas.

¹ Esta planta foi parcialmente tratada pelas autoras no I Congresso Internacional de História Local, organizado pela Universidade Nova de Lisboa em 2017.



Pormenor da "Planta do lado da parte do Mar na Villa de Setubal", 1793.

1. Equipamentos religiosos

No que aos equipamentos religiosos refere, Correia da Mota indica o local da ermida de São Cristóvão, dos cenóbios dos Carmelitas Descalços, dos Carmelitas Calçados, do recolhimento de Nossa Senhora da Soledade e o convento novo dos Carmelitas Descalços. E, apesar de não apontar claramente o local do entretanto extinto colégio da

Companhia de Jesus, denota a presença desta casa religiosa através da representação da rua dos padres. No que à ermida de São Cristóvão refere, localizada junto ao postigo homónimo, sabe-se que teve veneração e culto até pelo menos o ano de 1856 (Silva, Machado, 1958). O convento de Santa Teresa de Carmelitas Descalços, que confrontava com o já mencionado postigo das Lobas, só teve licença para se fixar em Setúbal em 1660 por decreto régio de D. Afonso VI (1643-1683) (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0064). Em 1664, após se terem escolhido umas casas, a que chamavam "pateo das comédias", junto à praia do Seixal e à ermida de Nossa Senhora do Livramento, da comenda de Santiago, levou-se a cabo a construção desse cenóbio. E pese embora o facto de não existirem informações significativas sobre a organização deste espaço, sabemos que em 1759, após o devastador terramoto de 1755, erigiu-se no complexo conventual uma igreja, tendo a comunidade, por motivos que desconhecemos, abandonado o local em 1786 e vendido à Câmara no ano seguinte. Informações contraditórias dão-nos conta que com a extinção das Ordens Religiosas em 1834 o conjunto passa para a Fazenda Nacional, tendo essa instituição vendido a Joaquim O'Neill, que, por sua vez, o terá

graciosamente cedido à irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de Nossa Senhora da Anunciada.

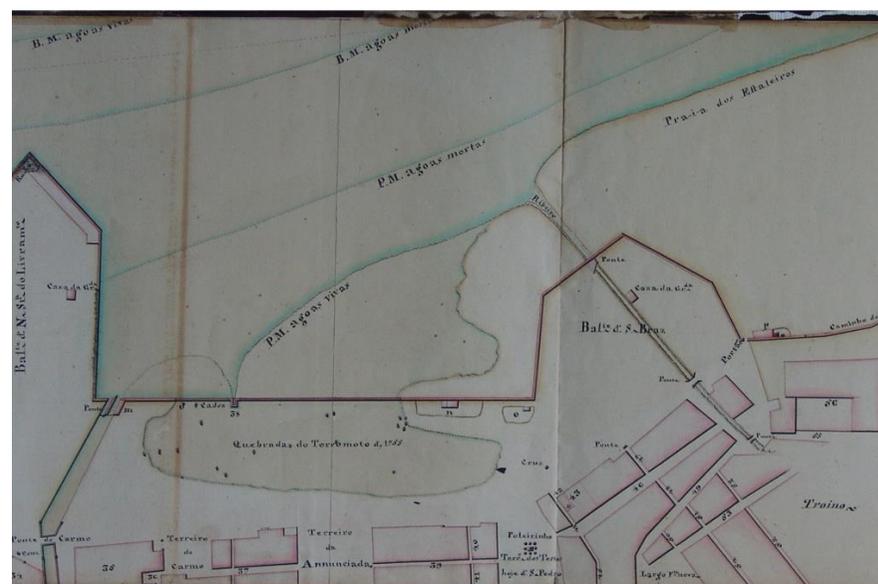
O convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Ordem dos Carmelitas Calçados, situado junto à ribeira do Livramento, onde hoje se encontra a Ordem Terceira do Carmo, foi fundado por Fr. António da Visitação em 1598. Conhecendo-se diversas obras, realizadas por volta de 1679, calculamos que após D. Juliana de Melo e Castro, viúva de João de Moura de Brito, ter adquirido o padroado da capela-mor em 1698, por 4.000 cruzados, outras obras tenham sido empreendidas (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0069). Uma das que sabemos ter sido concretizada foi a do carneiro que tinha 20 palmos e 12 de largo, onde se colocou uma lápide com as armas da referida Senhora. Os carmelitas obrigaram-se também a principiar um retábulo e uma tribuna "em fábrica moderna e dourada", assim como a colocar a pedra de armas de D. Juliana no fecho do arco que separava a capela-mor da nave. A essas obras assistiu o sargento-mor João Rodrigues Mouro (1620-1707). Segundo o testemunho de Almeida Carvalho "A Igreja não era um templo magestoso, mas decente e bem acabada, em tecto d'abobada. O convento tinha as necessarias acomodações." (ADS,

PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0069). Tendo conhecido a ruína com o terramoto de 1755, e a entrega do imóvel à Fazenda Nacional após a extinção das Ordens Religiosas em 1834, uma parte do edifício foi vendido a particulares, sendo outra parte concedida à Câmara Municipal, onde se ergueu a "Escola Visconde de Ferreira" (Pimentel, 1992). O local foi recentemente alvo de escavações arqueológicas, que permitiram resgatar artefactos da comunidade que aí habitou (Neto *et alii*, 2, 2006; Cândido, 2016).

A capela e o recolhimento de Nossa Senhora da Soledade, fundados por D. António Domingos de Sousa, filho de D. João de Sousa (1666-1722), 3.º marques de Minas, foram implantados no ano de 1747 (Pimentel, 1992). Segundo Gregório de Freitas, foi a devoção de um setubalense, que tinha o hábito de espalhar pagelas com esta invocação mariana, que esteve na sua origem da construção de uma ermida (BNP, *Reservados*, Cod. 208). Perto do local dessa ermida, e após diversas adversidades causadas quer pela má vontade dos padres trinitários, quer do conde de Palma, foi finalmente erigida a capela, seguida de um recolhimento, inicialmente governado por Terceiras do Carmo, com o fim de acolher mulheres desfavorecidas (ADS,

PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0074). Acerca deste espaço, de que se conhece o projecto de reedificação, sabe-se que o padroeiro gastou 10.000 réis, fazendo-se sepultar junto à capela-mor, onde no séc. XIX se conseguia ler uma inscrição epigráfica. Com o terramoto de 1755 o espaço ficou bastante arruinado e as recolhidas viram-se obrigadas a recolher na ermida do Anjo da Guarda (hoje mais conhecida como capela do Senhor Jesus do Bonfim). Os marqueses de Minas continuaram, porém, a contribuir para esse estabelecimento, dando a marquesa desse título, em 1827, a quantia de 400.000 réis. Em 1858, com novo sismo, o edifício volta a ficar arruinado, conhecendo, a partir dessa data, novos inquilinos e novas funcionalidades (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0074).

Por sua vez, o que Correia da Mota designa como o convento novo dos Carmelitas Descalços, trata-se da casa da antiga confraria da igreja de Nossa Senhora da Anunciada, existente desde 1338, que também padeceu fortemente com o terramoto de 1755, tendo, na sequência dessa catástrofe, acolhido a comunidade de Carmelitas Descalços vindo do já referido cenóbio de Santa Teresa. Agregando um hospital, foi anexado ao hospital da Misericórdia por alvará régio em 1869 (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/F/0001).



Pormenor da "Planta do lado da parte do Mar na Villa de Setubal", 1793.

2. Equipamentos públicos e civis

Nos equipamentos ligados à gestão da vila e ao comércio representados na zona ribeirinha da vila, emergem como mais expressivos: a

Alfândega, o Hospital (da Misericórdia), a Tábula, os Cobertos de Venda de Peixe e a Fábrica das Chitas.

A Alfândega, largamente conhecida por verificar as entradas e saídas portuárias, assim como por ser local de tributação da dízima do pescado, ter-se-á estabelecido neste local desde muito cedo, sendo referida no foral de 1514 (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0266). Trigo, cevada, centeio e milho eram igualmente colectados por este órgão de soberania, a par do vinho, mas não o sal. O organismo fiscalizava também aspectos relacionados com a saúde, à semelhança da forma como se operava no porto de Lisboa, o que justifica a inúmera documentação sobre quarentenas impostas a embarcações (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0217).

O Hospital da Misericórdia, com a designação de Espírito Santo, ligado à confraria da Santa Casa, fundada entre 1500 e 1501, foi constituído em 1566, apesar de termos conhecimento de um primeiro estabelecimento assistencial em 1539 com a designação de "Espírito Santo" na rua do Troino (Abreu, 1990; Abreu, 1999). Tendo inicialmente resultado da fusão de pequenos hospitais, da gafaria e albergarias da vila, incorporou e desanexou também o hospital da confraria da Anunciada num brevíssimo espaço de tempo, consumando-se essa

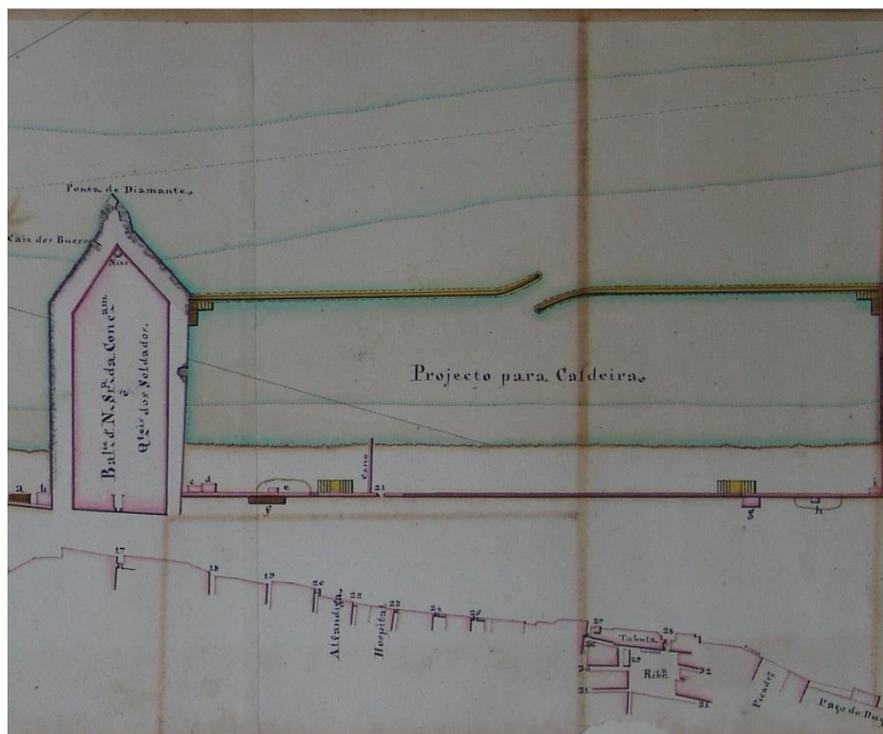
decisão em 1869. Embora desconheçamos pormenores da organização espacial do edifício, sabemos que o hospital da Misericórdia possuía duas enfermarias, uma de medicina e outra de cirurgia, comportando cada um destes espaços cerca de 40 doentes (Pimentel, 1992). Em 1899, após um processo moroso que envolveu a Câmara dos Pares do Reino, a Caixa Geral de Depósitos e o Governo Civil, o hospital passa para uma parte do extinto mosteiro de Jesus (Quintas, 1, 1993). Anexa ao primitivo hospital estava ainda a igreja da mesma instituição, que deu nome ao topónimo do largo que ainda hoje perdura.

A Tábula, que nos parece ter sido representada graficamente pela primeira vez na planta em análise, era uma repartição fiscal, também conhecida por Casa dos Contos, instituída pela ordem de Santiago, a partir da qual se fiscalizava e onde se recebiam sisas e direitos sobre a transacção do pescado e do sal (Serrão, Leal, Pereira, 1984). O seu edifício localizava-se no sítio da Ribeira desde, pelo menos, 1407. O local, correspondente ao edifício que hoje se ergue sobre o actual arco da Ribeira, tinha a Nascente um cubelo octogonal e a Poente uma varanda (de 6x3metros) com alpendre de madeira coberto de telha, e suspenso por varões de ferro, e ainda uma outra varanda, ainda mais

para Poente, mas menos saliente do que a outra (de 1 metro de largura), com algumas ameias ou seteiras. Tal como ainda hoje se observa quer na planta, quer *in situ*, o imóvel tinha uma escada de alvenaria de pedra. Interiormente organizava-se em várias salas: a do arquivo e pelo menos uma outra com decoração azulejar em azul e branco, tal como acontecia com a varanda e a casa do cubelo. A Sul, possuía "barracas grosseiras de madeira onde se vendiam certas pessoas particulares bebidas, espirituosas, peixe frito, fructos, filhoses & de que se serviam os pescadores" (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0314). O imóvel tinha diversos proprietários: a parte do tribunal pertencia à Ordem de Santiago e as outras duas partes pertenciam à Coroa, que concorria para as despesas na proporção que lhe cabia. Embora grande parte do conjunto descrito coincida com o que ainda hoje observamos, sabemos que a Fazenda Nacional o vendeu a Manuel da Costa Novais em 1842, que terá demolido uma parte significativa para fazer uma morada de casas no local (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0314).

Após a anterior explicação compreende-se mais facilmente a existência dos Cobertos da Venda de Peixe junto a esse local, que, à semelhança das barracas conhecidas como "Tendas do Malcozinhado"

(Gomes, 1994), representadas na *Vista de Lisboa em Azulejo* (MNAz, c. 1699), das tendas representadas no painel azulejar *A Praça da Ribeira das Portas do Mar* (ML, 1.ª metade do séc. XVIII) ou na pintura *A partida de São Francisco Xavier para a Índia* (MNAA, 1.ª metade do séc. XVIII) (Caetano, 2004), testemunham a existência deste tipo de equipamentos de campanha. No caso concreto de Setúbal, Almeida Carvalho documenta que a venda de pescado ter-se-á fixado na Ribeira por volta de 1631, segundo um pedido dirigido à Câmara para esse fim, bem como vários incidentes relacionados com os avultados impostos cobrados (ASD, PT/ADSTB/PSS/APAC/Q/0033). Carvalho da Costa refere que Setúbal era "abundante do mais gostoso pescado q` ha na Europa, & de muyta grãa, & caça, & a fazem muyto fresca deliciosas hortas, & pomares, que banha o rio Algodea." (COSTA, III, 1712). A venda de peixe e de outros produtos alimentares só conheceria um espaço edificado para esse fim em 1876, na praça do baluarte do Livramento, com autoria de Marcelino Alemão de Mendonça Cisneiro de Faria (1797-1875), apontador das obras públicas (Quintas, 1, 1993).



Pormenor da "Planta do lado da parte do Mar na Villa de Setubal", 1793.

Quanto à **Fábrica de Chitas**, que segundo Almeida Carvalho estava instalada desde 1786 no local onde outrora fora o "edifício do velho e abandonado convento da Ordem de Santa Tereza de Jesus dos padres carmelitas, no sitio da praia (...) e junto à ponte do livramento", foi comprada por um industrial têxtil que terá demolido e alterado partes do antigo espaço religioso para acomodação da nova unidade fabril (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/N/0025). A proliferação deste tipo de indústria, que aliás se pode também constatar aquando da instalação de idêntico equipamento na Paço dos Duques de Aveiro em Azeitão, após a extinção dessa Casa (ADS, PT/ADSTB/PSS/JPAR/000001).

3. Equipamentos militares

Os equipamentos militares destacados neste levantamento foram: o baluarte de Nossa Senhora da Conceição, o baluarte da Senhora do Livramento e o baluarte de São Brás, para além das quebradas erigidas aquando do terramoto de 1755, a fim de evitar a intrusão do rio. A propósito dessa matéria Alberto Pimentel cita Luís Caetano de Lima que, ao mencionar os onze baluartes da vila, destaca o baluarte do Cais ou de Nossa Senhora da Conceição, onde estavam quartéis do regimento de guarnição da praça de Setúbal, armazéns de munições de guerra e casa da vedoria, acrescentando "É terraplanado dos angulos

das espaldas para o flanqueado, com uma bateria lageada, onde ha boa artilheria de bronze e de ferro, de varios calibres. Tem este baluarte em roda, pela parte interior, uma larga berma que dá serventia ao caes, com duas escadas de cantaria e lagedo, uma para a gente e fazendas, e outra para toda a sorte de animaes." (Lima, [1736]). Já Almeida Carvalho menciona que esta bateria "abraçava" os lados nascente e poente, correndo "exteriormente uma larga berma", que dava serventia ao cais. (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/J/0172). O espaço terá sofrido grande ruína em 1738 e em 1755, na ocasião do grande terramoto, desmoronando-se a muralha e algumas casas, e estando as suas obras de reedificação concluídas em 1761. Apesar de desconhecermos o que terá ocorrido entre essa data e a da planta em análise, certa terá sido outra ruína, que conduziu a uma nova reparação efectuada em 1811, dirigida pelo major engenheiro José Vicente de Lacerda. Almeida Carvalho descreve, por volta da segunda metade dessa centúria, que "no vertice do angulo saliente do centro, flanqueado do parapeito do mesmo baluarte, tem na base de cantaria, um nicho de pedra lioz, em forma cylindrica, com quatro pilastras em toda a circunferencia, sendo os intervallos tres, o da frente e os dous dos lados guarnecidos de cai-

xilhos de madeira pintada d`azul, e envidraçados, e o do fundo fechado por uma porta. Sobre as pilastras assenta uma cupula semi-spherica, tendo no meio do cimo da parte superior convexa, uma pequena esfera, da qual se ergue uma tambem pequena cruz" (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/J/0172).

O baluarte da Senhora do Livramento, nas palavras de Almeida Carvalho, também era conhecido por baluarte do Cais Novo, encontrando-se junto ao rio Sado. A sua plataforma lageada era "um tanto elevada do terreno". A fortaleza tinha a mesma morfologia da de Nossa Senhora da Conceição, e foi classificada de "luneta". "Dos lados nascente e poente estavam duas guaritas de forma cylindrica, e de canteria, uma de cada parte e juntas aos pontos das linhas" que corriam, formavam um ângulo recto. Em conformidade com o que já acontecera no baluarte de Nossa Senhora da Conceição, devia ter uma guarita com um nicho semelhante ao da já mencionada fortaleza, com a imagem da invocação mariana do Livramento. O local tinha ainda uma casa da guarda, um paiol, e um espaço ocupado pela feitoria militar. A fortaleza e as suas dependências ficaram bastante danificadas pelo terremoto de 1755. Em 1830, na sequência da guerra civil, foi reparado, e governo constitucional ordenou que toda a artilharia fosse

removida para Lisboa. As paredes da casa da guarda, que ainda existiam em 1846 e foram mandadas demolir pela Câmara Municipal (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/J/0017).

O baluarte de São Brás, acerca do qual se conhece menos informação, foi, segundo Almeida Carvalho, inteiramente destruído pelo terramoto de 1755 (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/J/0017). No entanto, dada a sua representação na planta em análise, subsiste a dúvida de aquela estrutura ter sido reconstruída até 1793, ou se, numa hipótese mais plausível, apenas os panos do baluarte tenham ficado gravemente danificados com o sismo, subsistindo o embasamento, o que terá permitido a representação do seu traçado.

Por fim, no que a imóveis civis diz respeito saliente-se a presença do Paço dos Duques, com seu Picadeiro, situados entre o postigo das Lobas e a praça do Sapal. Almeida Carvalho acerca deste imóvel informa que foram de D. Nuno da Cunha, comendador de Alvalade e fidalgo da casa do infante D. Fernando (1433-1470), irmão de D. Afonso V (1432-1481). Terá então sido por volta de 1461 que terá tido licença régia para ocupar uma zona da ribeira junto ao muro e torres da vila. D. Jorge (1481-1550), duque de Coimbra, filho de D. João II (1455-

1495), terá também sido um dos mais significativos residentes do espaço, a quem o mesmo foi concedido por ter sido mestre da Ordem de Santiago. Posteriormente a essa permanência, vários membros da Casa de Aveiro, na qualidade de descendentes de D. Jorge, fixam residência nesse local, o que leva à designação de Paço dos Duques. Quando se deu a extinção da Casa, D. José I (1714-1777) doou o edificado ao capitão de armas José de Almada e Melo, passando posteriormente para os viscondes de Vila Nova de Sotto del Rei (ADS, PT-ADSTB-PSS-APAC-E-0003). Embora se desconheça a feição do edificado nessas centúrias, não é de estranhar que estivesse equipado com um picadeiro, derrubado em 1836, no seguimento do decreto de 31 de Dezembro de 1835, onde se ordenou a demolição de vários troços de muralha.

Pese embora o facto dos postigos ou portas não serem um equipamento militar, certo é que se localizavam na cintura de muralha medieval, e que foram particularmente representadas na planta em estudo. Na mesma, o autor começa por nomear de poente para nascente vários postigos, começando no da Barbacã e terminando no das Lobas (Soares, Silva, 1982; Tomé, 2015a). O primeiro acesso referido ao interior da vila, também conhecido por porta do Sol ou postigo da

Moura Encantada, ainda hoje conserva, através da presença de um arco quebrado em pedra da Arrábida, a feição medieval (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/J/0387). Seguindo-se o postigo do Cais, que, segundo a investigação de Almeida Carvalho, também foi conhecido como postigo de Dona Aldonça (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0164), sabemos hoje ter sido alvo de rasgamentos em 1644 e em 1843 (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0154). Já o postigo do Carvão, que Diogo Correia da Mota refere ser conhecido à data como da rua de São Jorge, foi também postigo do Ouvidor e postigo de São José (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0164). O postigo das Farinhas localizava-se onde hoje se abre a rua Pereira Cão (antiga rua das Farinhas) e seguia-se ao postigo da rua de João Galo. Quanto ao postigo da Alfandega, cuja designação se prende com o facto de estar junto a esse equipamento, segundo Almeida Carvalho aponta que esta denominação vigorava desde 1554 (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0005) e que este acesso possuía uma imagem de vulto de Nossa Senhora da Piedade (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0090), tendo sofrido várias alterações em 1843 e 1844 (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0005). O postigo dos Enjeitados, por sua vez, e segundo o já muito citado autor

sadino, foi assim conhecido por estar à entrada da rua que dava para a igreja e do Hospital do Espírito Santo da Misericórdia, onde existia uma roda para expostos (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0126). No que ao postigo de Fr. Gaspar concerne (que é mencionado na planta por também ser conhecido nessa data por postigo de Jacob), sabemos ter sido igualmente designado por postigo de Gil Eanes, tendo sido derrubado em 1871 (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0191). O postigo da Pedra, que terá tido idêntico destino na mesma data (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0192), embora já não se consiga perceber, perpetuou o topónimo. O postigo de São Cristóvão, ou postigo de Martim Quadrado, segundo registo de Almeida Carvalho, que apurou esta designação num documento da Ordem de Santiago datado de 1510, localizava-se junto à ermida homónima (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0193). Com o culto a esse mártir o postigo recebeu, tal como ocorreu com outros da vila, a imagem desse santo (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0090). Já a porta do Castelo ou postigo da Ribeira, assim denominado por se localizar entre um importante troço de muralha e a ribeira do pescado, tinha sobre o arco, de acordo com a mesma ideia de sacralização das entradas, um emblema da Vera Cruz (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0090) e, por fim, o

postigo das Lobas, que tinha a imagem de Santa Bárbara (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0090). A sacralização de várias destas portas, associado ao antigo costume de se dedicarem na Antiguidade a deuses e a semideuses, que no caso dos cristãos foram colocadas "de baixo da protecção de Deos verdadeiro ou de algum sancto, cujo auxilio invocavam", como assinalou Almeida Carvalho, foi, no nosso entender, expressão de uma tendência maior que se viu devidamente concretizada quando D. João IV (1604-1656) ordenou que esses locais de acesso fossem consagrados a Nossa Senhora (ADS, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0001).

Conclusões

O encontro entre os equipamentos religiosos, públicos, civis e militares constantes na planta de Setúbal de 1793, de Diogo Correia da Mota, e as notas sobre alguns dos mesmos, registadas por Almeida Carvalho, procurou somente ser uma chamada de atenção e um ponto de partida para um trabalho mais vasto, no que ao cruzamento destas fontes com outras, manuscritas e impressas, refere. Não sendo nossa intenção, por não ter cabimento num estudo embrionário e com esta dimensão, elaborar uma reflexão aturada sobre as funções destes es-

paços e o papel que os mesmos desempenharam, bem como os diálogos que originaram com a sua implantação, o exercício de reconhecer e compreender o património edificado representado na planta de 1793 abriu caminho para a necessidade de resgatar a memória de espaços pouco mencionado pela historiografia local, a saber: o convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Ordem dos Carmelitas Calçados, os Cobertos da Venda de Peixe ou o baluarte de São Brás, entre outros.

Referências Bibliográficas

Fontes Manuscritas

ANTT, *Casa Cadaval*, Cód. 28.

ADS, Fundo Almeida Carvalho, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0064, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0069, PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0074, PT/ADSTB/PSS/APAC/E/0003, PT/ADSTB/PSS/APAC/F/0001, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0001, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0005, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0090, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0126, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0154, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0164, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0191, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0192, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0193, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0194, PT/ADSTB/PSS/APAC/J/0017, PT/ADSTB/PSS/APAC/J/0387, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0217, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0266, PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0314, PT/ADSTB/PSS/APAC/N/0025, PT/ADSTB/PSS/APAC/Q/0033.

ADS, Fundo Joaquim Pedro da Assunção Rasteiro 1876/1898, PT/ADSTB/PSS/JPAR/000001.

BNP, *Reservados*, Cod. 208.

Estudos

Abreu, L. (1990). *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal entre 1500 e 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

Abreu, L. (1999). *Memórias da Alma e do Corpo - A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editores.

Caetano, C. (2004). *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.

Cândido, M. J. (2016). Arqueologia dos Espaços Sagrados, Exemplos de Intervenção no Património Religioso de Setúbal. In AA.VV., *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão* (pp. 101-113) Setúbal: Estuário História, LASA.

Chaves, C. B. (1984). *A Emigração Francesa em Portugal Durante a Revolução*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Costa, A. C. (1712). *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. III. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes.

Gomes, F. (1994). "Mercados". In F. Santana, E. Sucena (dir.). *Dicionário da História de Lisboa* (pp. 575-576). Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Lima, L. C. [1736]. *Geografia histórica de todo os estados soberanos de Europa*. II. Lisboa Occidental: Oficina de Joseph Antonio da Sylva.

Neto, J. L. *et alii* (2006). O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal. In *Subsídios para o Estudo da História Local*. 2 (pp. 109-183). Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal e Rede Portuguesa de Museus.

Pimentel, A. (1992). *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

Pinho, I. G. (2013). *De colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell. História e análise arquitectónica*. Setúbal: IPS.

Pinho, I. G., Macedo, I. S. (2016). Da traça de Terzi ao Plano Aguiar: quatro séculos de estratégia urbana. In M. G. Fernandes (coord.). *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica* (pp. 183-202). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Porto, C. M. (1999). *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (siglos XVII y XVIII)*. Madrid: Real Academia de la Historia.

Quaresma, A. M. (2011). Litoral alentejano: dois séculos de cartografia (XVII e XVIII). In *Actas do IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/34.pdf>.

Quintas, M. C. (coord.) (1993). *Monografia de S. Julião*. 1. Lisboa: Editorial Caminho.

Sepúlveda, C. A. M. (1928). *História Orgânica e Política do Exército Português – Provas*. XV. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Serrão, J., Leal, M. J., Pereira, M. H. (1984). Casa da Tábola de Peniche e Setúbal. In A. M. C. Matos, M. L. Henriques. *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea: Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 1. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Silva, J. S., Machado, F. F. (1958). O Santoral de Setúbal. In *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, 47/49, pp. 77-112.

Soares, J., Silva, C. T. (1982). *Muralhas medievais de Setúbal*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia Assembleia Distrital de Setúbal.

Tomé, M. (2015 a). A Muralha Medieval versus a Evolução Urbana em Setúbal. In *4.ª Conferência do PNUM. Morfologia Urbana e os Desafios da Urbanidade* (pp. 1-20). Brasília: Universidade de Brasília.

Tomé, M. M. J. (2015 b). *Setúbal: topologia e tipologia arquitectónica (séc. XIV - XIX): memória e futuro da imagem urbana*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade da Beira Interior.

Viterbo, F. S. (1988). *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. I. Lisboa: IN-CM.

Notas biográficas:

Maria João Pereira Coutinho é doutorada em História (Arte, Património e Restauro) e investigadora contratada do IHA / NOVA FCSH, onde desenvolve a investigação *Arquitectura, escultura e ornamento*:

transferências artísticas no contexto das obras de pedraria da Assistência Portuguesa (S.I.) nos sécs. XVI-XVIII, financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1453/CT0046]. É ainda docente convidada no curso de 1.º ciclo de História da Arte da mesma instituição.

Inês Gato de Pinho é licenciada em Arquitectura (UM 2004), mestre em Arquitectura com especialização em Reabilitação Urbana e Arquitectónica (ISCTE-IUL 2012) e doutoranda em Arquitectura no Instituto Superior Técnico/Universidade de Lisboa.

Estagiou na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e na Câmara Municipal de Setúbal. Trabalhou como *freelancer* entre 2006 e 2015, período no qual colaborou com o atelier Soraya Genin – Arquitectura e Restauro e onde desenvolveu trabalhos de investigação, projecto e acompanhamento de obras de restauro e reabilitação (Moinho de Maré de Corroios, Palácio de Santos, Liceu Francês Charles LePierre, Igreja de S. Luís dos Franceses e Assembleia da República).

É membro da SPEHC (*Sociedade Portuguesa de Estudos de História da Construção*) e da SIEJ (*Sociedade Internacional de Estudos Jesuítas*). É investigadora (membro colaborador) do CiTUA – Center for innovation in Territory, Urbansim and Architecture – no Instituto Superior Técnico/Universidade de Lisboa, onde desenvolve a tese de doutoramento em Arquitectura, intitulada *"Modo Nostro" e a especi-*

ficidade da Arquitectura dos colégios da Companhia de Jesus da Província Portuguesa. Do período filipino à expulsão dos jesuítas (1580-1759), apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/110211/2015).

É autora e co-autora de diversos artigos e livros relativos à história local e História da Arquitectura Portuguesa.

Este estudo, por opção das autoras, foi redigido ao abrigo do antigo Acordo Ortográfico.